



ORDEM DOS ARQUITECTOS CABOVERDEANOS

www.ordemdosarquitectos.net

Telefone: 262 22 77

Fax: 262 38 88

Achada de Santo António - Praia, Cabo Verde

Há sensivelmente um ano, o signatário deste documento comunicou à opinião pública caboverdeana as razões que o haviam levado a renunciar ao cargo de Presidente da Ordem dos Arquitectos Caboverdeanos. Tais razões tinham a ver com o impasse em que estava a aprovação, pelo Governo da República, do novo Estatuto da OAC.

Essencialmente, estava em causa o exercício da profissão em Cabo Verde por parte dos arquitectos estrangeiros, cujo controlo efectivo, por parte da OAC, o Governo sempre se recusara a permitir. Tendo como pano de fundo as desastrosas negociações que haviam acontecido, em 2007, para a adesão do nosso país à Organização Mundial do Comércio (OMC), o Governo insistia, contra a nossa expressa vontade, em escrever no nosso novo Estatuto, que a OAC ficaria sujeita aos “compromissos multilaterais do Estado caboverdeano” (leia-se “*compromissos assumidos com a OMC*”).

Daí que, por altura do anúncio da renúncia ao cargo, a situação estava num impasse, pois nem o Presidente da OAC nem o Governo cediam um milímetro nas posições que defendiam.

É este o enquadramento desse anúncio da renúncia ao cargo. Infelizmente, não houve listas concorrentes às eleições gerais na OAC que a Mesa da Assembleia-geral (AG) havia convocado para 14 de Dezembro de 2008. A Mesa da AG entendeu então que essa questão eleitoral deveria ser tratada pela Assembleia-geral Ordinária de Março de 2009, sendo que numa AG extraordinária de finais de Janeiro deste ano, a AG decidira enviar uma Delegação chefiada pelo nosso Decano, Arq. Pedro Gregório Lopes, para saber junto da nova responsável pelo Ministério da Descentralização, que alternativas para a saída da crise estariam na mente do Governo. Em Março, a AG ordinária da OAC insistiu na continuidade de Cipriano Fernandes à frente da OAC, pedindo-lhe que continuasse e concluísse o seu trabalho, reafirmando-lhe todo o seu apoio. Pedido que foi aceite.

O Governo respondera em Fevereiro, mandatando um jurista com plenos poderes (conforme ele mesmo nos comunicou logo na primeira reunião) para resolver o problema e, de Fevereiro até Abril, aconteceram umas negociações que resultaram numa proposta concreta por parte desse jurista, proposta essa que, se não correspondia àquilo por que sempre lutáramos, pelo menos nos protegia e deixava em aberto a possibilidade de, sem nos comprometermos a curto prazo com certas soluções danosas do nosso interesse, mais tarde as coisas serem repostas nos termos em que sempre havíamos comunicado ao Governo muito antes das negociações com a OMC, ou sejam, as *joint-ventures* obrigatórias entre os arquitectos estrangeiros e os locais. Sendo essa uma contraproposta do próprio Governo, ela foi levada à consideração da nossa AG, que a aprovou com a maioria dos dois terços exigida por lei e ficámos então a aguardar pela publicação do Estatuto no Boletim oficial.

Qual foi o nosso espanto e perplexidade quando, de repente, recebemos do Governo uma versão “pós-RAR” do documento, onde a tal solução proposta pelo Governo fora completamente eliminada, ficando em seu lugar exactamente aquilo contra o qual sempre lutáramos! Teríamos que aceitar, à força, a expressão que legitimaria os compromissos danosos dos nossos interesses (e os do país) que a dupla José Brito - Jorge Borges, contra a nossa expressa vontade e à traição, haviam “cozinhado” com a OMC.

Ponderadas todas as alternativas, a Direcção da OAC propôs à AG da OAC que aceitasse a versão “pós-RAR” porque por um lado era evidente que tendo o Governo todo o Poder, a continuação do braço-de-ferro seria estúpida, e por outro lado, depois de seis anos a tentar construir uma OAC credível, restava pouco tempo para se finalizar esse trabalho, de modo que os arquitectos caboverdeanos teriam que esperar mais tempo para conseguir controlar a prática dos arquitectos estrangeiros no país. A versão “pós-RAR” do novo Estatuto mesmo com essa granada embutida, daria à OAC capacidade real para

controlar efectivamente a bagunça que tem caracterizado a prática da nossa profissão até hoje, naquilo que aos arquitectos nacionais diz respeito. Os estrangeiros, esses, continuariam soltos...

É assim que no passado dia 9 foi publicado o Decreto-lei 43/2009 que aprova o novo Estatuto da OAC. E estamos, nesta data, a mandar publicar o quórum legal dos arquitectos que o aceitaram, porque embora imperfeito, reinará, soberano, sobre todos os membros da OAC e as suas disposições serão rigorosamente cumpridas no terreno. E, nos termos deste decreto-lei, a actual Direcção da OAC cessará funções em Março de 2010.

Ficou, porém, a promessa (compromisso?), por parte do Governo em renegociar com a OMC, em 2011, os compromissos danosos que ora nos foram impostos. Deve ficar claro que em nenhum momento o Governo da República soube, ou quis, ou pode, explicar as exactas razões por que nos nega as *joint-ventures* obrigatórias. Ao longo de todo este doloroso processo o Governo da República funcionou apenas na base do “quero, posso e mando!”. Ora isso, para nós, será sempre muito pouco e absolutamente inaceitável. Esta versão “pós-RAR” do nosso Estatuto foi um infeliz regresso ao 12 de Janeiro!

A sociedade caboverdeana deve ficar ciente de que a OAC sempre disse com clareza ao Governo os exactos termos em que deviam ser negociados com a OMC os serviços em Arquitectura. E isso com muita antecedência, tanto por escrito como verbalmente. Por conseguinte, tem o direito e o dever de lutar para que esses erros sejam revistos, corrigidos e o nosso direito seja reposto, mesmo que essa luta dure 30 anos.

Porém, importa aqui denunciar a ligeireza e irresponsabilidade com que se aprovou o Acordo de Adesão à OMC por unanimidade no Parlamento, mesmo contendo ele uma disposição claramente inconstitucional: Os senhores José Brito e Jorge Borges foram capazes de aceitar uns compromissos que não exigem aos técnicos estrangeiros (arquitectos, médicos, engenheiros e advogados) a obrigatoriedade de se inscreverem nas Ordens profissionais do nosso país. Ora, se nenhum cidadão nacional pode exercer sem estar inscrito, como é que os senhores Deputados da Nação e o Sr. Presidente da República conseguiram aceitar a proposta de José Brito, e reconhecer a cidadãos estrangeiros mais direitos (e menos deveres) do que a caboverdeanos?

Resulta que deve ficar claro aqui que Deputados da Nação mal preparados ou desatentos e Presidentes da República mal aconselhados são, definitivamente, a última coisa de que este povo precisa!

Caros concidadãos:

Até ao dia de hoje, nem a SDTIBM, nem a Cabo Verde Investimentos, nem a Direcção Geral do Ordenamento do Território aceitaram informar a OAC acerca dos projectos, elaborados por arquitectos estrangeiros, que analisaram e aprovaram, por mais diligências que a OAC fizesse junto delas.

É esta a razão por que fomos buscar a solução das Maurícias, onde as *joint-ventures* obrigatórias são, na prática, autorizadas pela Associação dos Arquitectos local e não pelo Governo, sendo todo o processo extremamente transparente, até na questão dos impostos devidos ao Tesouro público, pois estes são obrigatoriamente comunicados pela Associação dos Arquitectos ao Governo.

Hoje, a opacidade que prevalece em Cabo Verde em relação aos projectos e às obras que são construídas, sobretudo nas ZDTI, facilita a fuga ao fisco e o branqueamento de capitais, pois a Administração não tem como saber nem os valores levados pela elaboração dos projectos, nem os custos da construção dos empreendimentos. Nas Maurícias, tais valores têm que ser obrigatoriamente comunicados à Associação dos Arquitectos e, por intermédio desta, ao Governo. Senão, não há *joint-ventures* para ninguém.

Resulta claro que estamos a lutar por coisas muito simples e óbvias mas extremamente vitais para a afirmação da respeitabilidade e da credibilidade do nosso país. Com as *joint-ventures* obrigatórias uma barreira muito forte poderia ser levantada à fuga ao fisco e ao branqueamento de capitais.

Neste actual estado de coisas, a indústria da construção e a imobiliária turística caboverdeanas são portas escancaradas para tais práticas ilícitas e criminosas. E que não restem dúvidas de que os compromissos acertados com a OMC relativos aos serviços em Arquitectura igualmente facilitam e promovem tais práticas.

Todos os caboverdeanos têm, repetidamente, ouvido da boca de conhecidos advogados da praça, insinuações mais ou menos veladas acerca da narco-arquitectura que, ao que tentam fazer passar, seria já uma realidade em Cabo Verde. Eles lá sabem.

Mas, para nós, essa possibilidade foi sempre real e por isso mesmo fomos, ao longo dos anos, tentando buscar a compreensão e o apoio do Governo da República para criarmos, no nosso novo Estatuto, mecanismos que pudessem dificultar tais práticas (é impossível eliminá-las totalmente). Pena que o Governo se tenha revelado completamente insensível a esses e a outros argumentos que apresentámos, porém, sem justificar convenientemente a sua recusa.

Mas não devia ter acontecido o episódio em que o Secretário de Estado, Jorge Borges, nos enviou uma carta a dizer que o já estava feito estava feito e que protestar era o máximo que podíamos fazer, uma vez que o Governo e a Assembleia da República é que mandam e não havia a mínima hipótese de voltarem atrás. E que, quanto ao Governo, o máximo que lhe poderia acontecer era perder as próximas eleições legislativas.

Tão pouco devia ter acontecido vermos a nossa vontade democraticamente expressa numa Assembleia-geral a ser pisada por membros de uma “RAR” (Reunião de Altos Representantes) que ninguém se dignou até hoje dizer quem são ou quem terá votado neles nas últimas eleições legislativas.

É preciso que conste que enquanto os nossos políticos continuarem com a imaturidade de se acusarem mutuamente de fraude assim que saem os resultados das eleições a que concorrem, nenhum dirigente deste país tem autoridade moral para alterar decisões soberanas da nossa Assembleia-geral. A nossa autoridade é baseada em maiorias absolutas ou qualificadas publicáveis como hoje se vê e, ainda por cima, para poder decidir validamente, o membro tem, em primeiro lugar, que ter as suas quotas em dia!

Entendemos que o que deve acontecer é um processo negocial em que o Governo apresenta as suas razões e nós as nossas, com cedências de parte a parte até que uma solução aceitável por ambas as partes seja alcançada. Agora, depois de essa solução ser aprovada em sede da nossa AG, não reconhecemos a nenhum dirigente autoridade para a alterar ao seu bel-prazer sem nos dar um cavaco, ainda por cima em sede de uma “RAR” porventura maçónica, porventura auferindo algum *per diem*, porventura mafiosa, *who knows?* (Estas dúvidas são legítimas já que ninguém por parte do Governo aceita explicar-nos o que significa, ao certo, essa RAR que tem tanto poder).

Resta-nos ajustarmo-nos o mais possível a esta situação transitória até 2011. Até lá, teremos que amargar esta imposição da tal “RAR”, mas fica desde já o aviso à navegação (há eleições legislativas em 2011) de que em 2012, esta mesma Assembleia-geral que, vencida mas não convencida, aceitou agora a versão “pós-RAR”, se levantará para repor, no Estatuto da OAC, a solução mais séria, mais inteligente, mais transparente e mais consentânea com os nossos legítimos interesses e com os interesses do nosso país: as *joint ventures* obrigatórias.

E torcer para que haja, da parte do Governo caboverdeano, bom-senso, humildade, competência e seriedade nessas renegociações de 2011, para que depois não tenhamos que ver o Estado caboverdeano colocado no lado errado da História e da legalidade, como eventual patrocinador e protector de práticas criminosas absolutamente incompatíveis com o país que Amílcar Cabral sonhou e também aquele que sonhamos e temos o dever de deixar às gerações vindouras.

Praia, 17 de Novembro de 2009
Cipriano Fernandes

Presidente da OAC